

Diário Económico

05-09-2013

Periodicidade: Diário**Classe:** Economia/Neócios**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 18714**Temática:** Administração Pública**Dimensão:** 1464**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/8/9

Santander Totta processa Estado por causa dos swaps

Banco presidido por Vieira Monteiro avançou com processo contra o Ministério de Maria Luís Albuquerque e o IGCP por "danos reputacionais". Em causa está um relatório onde se diz que o banco teria ganho 100 milhões no primeiro dia de vigência do contrato de 'swap', quando, na realidade, ganhou 9,5 milhões. — **P8 E OPINIÃO P40**



'Swaps' levam Banco Santander a processar Estado português

Alto-risco A 30 de Agosto, o Santander avançou com um processo contra o Ministério das Finanças e o IGCP por danos reputacionais resultantes da divulgação de informação incorrecta.

Marta Moltinho Oliveira
marta.oliveira@economico.pt

O Santander registou um ganho de apenas 9,5 milhões de euros no primeiro dia de existência do 'swap' contratado com a empresa Metro do Porto em Janeiro de 2007. A informação consta do processo que o banco pôs ao Ministério das Finanças e ao IGCP (a agência que gere a dívida pública), por "danos reputacionais" causados pela publicação de dados alegadamente errados no relatório da instituição presidida por João Moreira Rato, que apontavam para um ganho de 100 milhões para o banco logo no primeiro dia de vigência do contrato.

Na acção judicial, a que o Diário Económico teve acesso - e que foi enviada pelo banco para o Parlamento - os advogados do Santander escrevem que "o relatório do IGCP faz passar a ideia, amplamente difundida por órgãos de comunicação social, de que o Banco Santander Totta teria celebrado um contrato de 'swap' do qual teria resultado, no primeiro dia de vigência, um ganho, para o banco, de 100 milhões de euros, que teria a apontada perda simétrica do lado da Metro do Porto". No entanto, continuam os advogados do escritório Uria Méndez-Proença de Carvalho, "na verdade, o ganho contabilizado pelo Banco Santander Totta com referência ao contrato ora em causa foi de 9,5 mil-

hões de euros". Ou seja, o banco registou uma vantagem 90,5 milhões abaixo da que foi referida pelo IGCP.

O Santander considera que o facto de o IGCP ter publicado no relatório a informação de que aquele 'swap' representava uma perda de 100 milhões de

O relatório do IGCP diz que o Santander ganhou 100 milhões no primeiro dia de vigência, mas o banco afirma que registou apenas 9,5 milhões de euros.

euros para a Metro do Porto logo no primeiro dia de vigência transmitiu a ideia de que se tratava de um contrato com "características muito especulativas" e seria "particularmente nocivo" para a Metro do Porto".

O banco, que pediu por carta ao IGCP que corrigisse a informação do relatório - tendo requerido inclusivamente uma intimação judicial do Ministério das Finanças para o fornecimento daquele relatório e que ainda está a correr -, acabou, perante a recusa da instituição, por avançar no dia 30 de Agosto com um processo contra o Ministério das Finanças e o IGCP. Neste processo, o banco não só pede a correcção da informação junto da comissão parlamentar de inquérito aos 'swaps' e do Ministério Público, como pede uma indemnização sem valor previamente fixado.

Durante a troca de cartas, que faz parte da documentação enviada pelo Santander para a comissão parlamentar aos swaps, o IGCP recusa corrigir a informação, argumentando tratar-se de um documento confidencial e salienta que os dados daquele relatório foram "preparados numa fase preliminar (Setembro de 2012) do processo de avaliação da carteira". Moreira Rato refere ainda que as "informações actualizadas" foram sendo posteriormente comunicadas à ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque.

Durante o processo de renegociação com a banca dos contratos de swaps, o Governo optou por um caminho mais difícil, porque a relação com a banca tinha de ser acautelada. A ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, reconheceu isso mesmo na comissão parlamentar, ao afirmar que a negociação com as instituições financeiras tinha de ser "cuidada", uma vez que os mesmos bancos que venderam os contratos de alto-risco às empresas públicas são também parceiros do Estado noutros dossiers. Apesar de Santander ter alguns swaps, o Governo e o banco não chegaram a acordo. ■

PAPÉIS DESTRUIDOS

O PS pediu ontem o acesso aos autos de destruição dos papéis de trabalho eliminados pela Inspeção-Geral das Finanças (IGF) no âmbito do caso dos 'swap'. Em Agosto, o jornal Público avançou que a destruição destes papéis de trabalho foi revelada numa auditoria interna à IGF, que a actual ministra das Finanças solicitou no final de Maio. O requerimento tem como objectivo forçar a IGF a mostrar os autos que deveriam ter sido enviados à direcção-geral dos Arquivos como notificação da destruição, segundo prevê a lei. Os papéis de trabalho que foram destruídos são relevantes para se perceber a posição dos inspectores sobre os 'swaps' subscritos pelas empresas.

IGCP fechou 13 contratos sobre dívida pública

Quase metade dos 800 milhões de euros conseguidos pelo IGCP para compensar as perdas dos 'swap' de empresas públicas vieram de fechos de contratos com o francês Crédit Agricole, sendo que 13 de todos os contratos cancelados implicavam perdas para o Estado. Ao mesmo tempo que as empresas públicas cancelaram contratos 'swap' com perdas significativas, o IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, para minimizar o impacto no Orçamento do Estado, fechou antecipadamente 'swap' sobre dívida pública que

tinha em carteira com saldo global positivo. Segundo a informação enviada à Comissão Parlamentar de Inquérito, a que a agência Lusa teve acesso, até julho o IGCP cancelou 41 contratos, sendo que 28 tinham saldo positivo para o Estado, ou seja, os bancos tiveram de pagar ao Estado português. Já em 13 contratos, a situação era inversa e estes implicaram perdas para os cofres públicos. No total, o cancelamento destes contratos resultou num saldo positivo de 839,557 milhões de euros.



Silva Rodrigues, ex-presidente da Carris, negou ontem na comissão de inquérito sobre 'swaps' ter assinado contratos especulativos.

Gestores demitidos criticam Governo de Passos

Os ex-presidentes da Carris e da EGREP acusaram ontem o Governo de lhes ter ocultado informação.

Os gestores das empresas públicas demitidos pelo Governo por terem contratualizado 'swaps' prejudiciais para as contas públicas recusaram ontem que os contratos feitos no passado tivessem características especulativas e acusaram o Executivo de Passos Coelho de ter transformado os 'swaps' num processo político, não facultando informação sobre o cancelamento de contratos aos gestores em causa.

Os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito aos contratos de alto risco feitos por empresas públicas retomaram esta semana depois das férias do Verão. Após a audição às tutelas políticas, a directores gerais, ao IGCP e aos reguladores, os deputados estão agora a entrar numa nova fase: a audição dos ex-presidentes de empresas públicas que fizeram contratos de 'swaps', alguns deles demitidos em Junho.

Silva Rodrigues, ex-presidente da Carris, acusou ontem o Governo de "transformar os 'swaps' num processo político" e de o ter demitido sem direito a contraditório. O ex-gestor lembrou ainda que o Estado aprovou a contratação dos 'swaps' enquanto accionista da empresa pública de transportes.

Silva Rodrigues afirmou ter sido demitido - a 7 de Junho - "poucas semanas" depois de o Executivo ter elogiado os resultados obtidos e de lhe ter atribuído também o conselho de administração da Transtejo/Soflusa. O ex-presidente da Carris acrescentou que, apesar da decisão do governo de o exonerar, "o assunto nunca foi discutido", adiantando que houve apenas duas "breves" reuniões com Maria Luís Albuquerque enquanto secretária de Estado do Tesouro e com Sérgio Monteiro, secretário de Estado dos Transportes.

Na primeira reunião, a 6 de Maio, já depois da polémica dos 'swaps' ter estoirado, os dois membros do Governo referiram apenas, segundo Silva Rodrigues, que a Carris tinha contratado dois 'swaps' considerados inadequados. Na segunda, a 31 de Maio, Silva Rodrigues terá sido questionado sobre se pretendia demitir-se. "Em suma, fui demitido sem sequer ter o mínimo direito ao contraditório do que alegadamente fundamentava a minha demissão",

concluiu, afirmando que continua sem ter conhecimento do relatório do IGCP (que classifica o grau especulativo e de complexidade dos contratos 'swap' subscritos pelas empresas públicas).

João Vale Teixeira, ex-presidente da Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos (EGREP), que esteve à tarde na Assembleia da República, queixou-se de o Go-

verno ter cancelado o swap feito pela empresa sem que a mesma tivesse conhecimento da situação. "Este processo [de cancelamento do contrato] decorreu, em relação ao conselho de administração da EGREP, como se fosse secreto, com o paradoxo de ir sabendo dele pelos jornais", disse o ex-presidente da empresa, citado pela Lusa, também demitido em Junho.

Os dois gestores recusaram que os contratos assinados fossem especulativos. No final de Setembro de 2012 a Carris acumulava perdas potenciais de 102,9 milhões de euros com 'swaps' e a EGREP 173,7 milhões, de acordo com a avaliação do IGCP.

Hoje, o Parlamento ouve dois ex-presidentes de outras das empresas públicas envolvidas, os STCP, de transportes públicos do Porto. ■ M.M.O.

Silva Rodrigues, ex-presidente da Carris acusou ontem o Governo de ter transformado os 'swaps' "num processo político".

